



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1004674-63.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Gratificação de Incentivo**
Requerente: **Vera Lucia Lucas Duran**
Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Vera Lúcia Lucas Duran, qualificado (a)(s) nos autos, ajuizou(aram) a presente ação em face da(s) parte(s) requerida(s) **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**. Narra ser servidora público estadual, pertencente ao quadro da Secretaria da Saúde. Informa que recebe o chamado Prêmio de Incentivo à Saúde, instituído por meio das Leis Complementares nº 8.975/94 e 9.463/96, sendo que a requerida não está computando o mesmo na base de cálculo da sexta-parte, quinquênio, do 13º salário e creditando o acréscimo de 1/3 nas férias. Pleiteia a incidência do referido prêmio no cálculo de tais gratificações e pagamento das parcelas vencidas e vincendas.

Citada, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo ofertou contestação alegando que a pretensão da autora esbarra em expressa vedação legal, uma vez que o benefício não se incorpora aos vencimentos para nenhum efeito, e sobre eles não incidirão vantagens de qualquer natureza. Sustentou, subsidiariamente, que o prêmio de incentivo não pode ultrapassar os 50% fixados na legislação. Requereu a suspensão do feito, ante a existência de incidente de resolução de demanda repetitiva, e, ao final, a improcedência da ação.

Réplica às fls. 58/73.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

Estando presente a hipótese do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo o feito no estado em que se encontra.

No mérito, a ação procede parcialmente.

Com efeito, deflui-se da Lei Complementar Estadual nº 9.463/96, que 50% do valor referente ao Prêmio de Incentivo foi concedido aos servidores da ativa, porém sem exigir a existência de qualquer circunstância ou condição anormal no exercício da atividade, tratando-se, na verdade, de mero reajuste salarial disfarçado, que deve, portanto, ser incorporado ao salário base para todos os efeitos, em especial para para os fins pleiteados na inicial (13º salário, 1/3 de férias, quinquênio e sexta-parte).

Em relação aos demais 50% deflui-se do texto legal a exigência de vários requisitos e pressupostos diretamente ligado ao efetivo exercício do trabalho, não tratando-se, portanto de aumento disfarçado, o que desautoriza a sua incorporação.

Anote-se que tal tese restou firmada em segundo grau de jurisdição, por meio do IRDR nº 0056229-24.2016.8.26.0000, inclusive mencionado pela ré em contestação:

"INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Prêmio de Incentivo Leis Estaduais nº 8.975/94, 9.185/95 e 9.463/96 e Decreto nº 41.794/07 Tese firmada: Inclusão de 50% do valor do prêmio de incentivo no cálculo do 13º salário, férias, terço constitucional de férias, quinquênio e sexta parte Possibilidade Vantagem de caráter permanente, que integra a remuneração do servidor Aplicação no caso concreto: Sentença de procedência parcialmente reformada Reexame necessário e recurso voluntário parcialmente providos." (TJSP; Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 0056229-24.2016.8.26.0000; Relator (a): Moreira de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Carvalho; Órgão Julgador: Turma Especial - Público; Foro de Mogi das Cruzes - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 10/11/2017; Data de Registro: 14/11/2017).

Desta forma, de rigor a procedência em parte da ação, nos termos acima expostos. Por fim, os valores a serem restituídos aos autores serão atualizados monetariamente, desde cada pagamento devido, pelo IPCA-E e acrescido dos juros da poupança desde a citação.

Ante o exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação e DETERMINO que 50% do valor do Prêmio de Incentivo pago à autora, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 9463/96, seja considerado no cálculo do quinquênio, sexta-parte, 13º salário e 1/3 de férias, observando-se a prescrição parcelar quinquenal, devendo os valores das parcelas vencidas serem atualizados monetariamente pelo IPCA-E, desde cada pagamento devido e não realizado, e acrescido dos juros da poupança desde a citação.

Face a sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas igualmente entre as partes, arcando, cada qual, com os honorários dos seus patronos.

P.I.C

Araraquara, 09 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**